

Discurso do Diretor-Geral da ANP, Décio Oddone – 02/12/2019

Encontro Anual da Indústria Química

Bom dia a todos e todas. (Marcos) De Marchi (presidente da Abiquim), professor (Carlos) Langoni, meu amigo, professor (Antonio Marcos) Umbelino, Pedro Wongtschowski (presidente do Conselho do Grupo Ultra), Fernando Musa, Edson Terra, meus amigos da Braskem.

É com muita alegria que estou aqui hoje, depois de alguns anos, num evento da Abiquim. Eu lembro que não pude comparecer nos dois últimos, mas quando fui convidado este ano, falei: “este ano eu vou”. Estou de férias, mas interrompi as férias para poder estar aqui hoje.

Queria comentar com vocês, um pouco na linha do que o Umbelino falou, que nós estamos atravessando, no setor de petróleo e gás – falando um pouco mais geral, não só de gás natural, mas do setor como um todo –, a maior transformação que o mundo já viu. Quando a Petrobras foi criada, em 1953 – começou a operar em 1954 –, o Brasil era um país agrário e rural, somente 36% da população vivia nas cidades. A indústria não tinha decolado no Brasil ainda, isso foi antes dos “50 anos em 5” do Juscelino Kubitschek. Então, ao longo desses mais de 60 anos em que a sociedade brasileira se modernizou e a indústria se sofisticou, nós sempre tivemos a Petrobras como sinônimo de indústria de petróleo e gás no Brasil.

As transformações que houve, notadamente a partir de 1997, com a Lei do Petróleo e a criação da ANP, se restringiram – e a palavra é essa mesmo, restringiram – ao setor de exploração e produção, e depois foram restringidas mais ainda com a nova Lei do Petróleo, em 2010. Nas áreas de abastecimento, combustíveis e gás natural, não houve avanços maiores. A Petrobras continua sendo dominante. Apesar de estar previsto na Constituição e na Lei do Petróleo um regime de livre competição, ele nunca foi estabelecido. Mas esse modelo de concentração das atividades na Petrobras bateu na parede, colapsou em 2014 e 2015. Nós tivemos um conjunto de fatores: a crise da Petrobras, com a alavancagem elevada e a Lava-Jato, e a queda abrupta do preço do petróleo no final de 2014. Isso levou a Petrobras a uma situação insustentável. Falava-se naquela época que a Petrobras precisava de aporte. Não houve aporte do Governo diretamente na Petrobras, mas houve aporte da sociedade através de preços.

Então, esse modelo colapsou, e esse colapso permitiu, como o Umbelino falou em sua apresentação, que o novo não chegou ainda, mas o velho está morrendo. Nós estamos vivendo esse processo exatamente no setor de petróleo, a maior transformação que já vimos nesse segmento, mas que está longe de ser concluída ainda e, por isso, ainda não temos os resultados. Mas já temos os primeiros passos sendo dados. A partir de 2015, a Petrobras começa seu programa de desinvestimentos. E é interessante notar que não foi voluntário. Conhecemos a Petrobras, a venda de ativos da Petrobras foi uma absoluta necessidade, iniciada ainda no governo Dilma Rousseff. Isso faz com que seja inevitável, pois não foi por escolha. Se fosse por escolha, dificilmente a Petrobras teria escolhido desinvestir, como começou a desinvestir naquela ocasião. Mas esse novo posicionamento da Petrobras trouxe oportunidade para a construção dessa indústria.

Sempre falo que, quando fui para a ANP no finalzinho de 2016, a agenda era a substituição de um monopólio por uma indústria. E é isso que estamos fazendo. E essa nova situação da Petrobras permitiu isso. Porque, a partir do momento em que a empresa dominante deixa de ser um agente que atua em nome do Estado, coordenada por um Estado, com preços de alguma maneira acatados pelo Estado, com portfólio de investimentos definido também conjuntamente com o Estado, a partir do momento em que esse agente passa a ter liberdade de formação de preços e passa a ter liberdade de gestão de portfólio, muda completamente o jogo. E aí os órgãos reguladores e os órgãos formuladores de política energética passam a ter uma responsabilidade muito maior. Nós passamos a ter um agente monopolista, concentrador, com liberdade de ação. Então, isso gerou uma série de medidas cujo amadurecimento estamos vendo agora. A mais visível dessas medidas está concentrada nos leilões do Pré-sal, que, desde 2017, tiveram um sucesso extraordinário, atraíram uma quantidade brutal de capital e garantiram que a indústria brasileira de petróleo e gás vai mudar de patamar nos próximos anos. Isso está contratado já. O Brasil vai ser, possivelmente, um dos cinco maiores produtores de petróleo do mundo até o final da próxima década, com uma produção que pode chegar a sete milhões de barris por dia. É algo extraordinário para a minha geração e para a geração dos que me precederam; jamais nós imaginamos isso como uma possibilidade para o Brasil.

Mas isso, basicamente, focado no offshore. O que não vimos ainda, mas estamos começando a ver, é o resto da transformação. E essa transformação vem em diferentes facetas. Ela vem na venda dos campos maduros pela Petrobras, que vai criar uma indústria de petróleo e gás natural diversificada no Brasil, permitindo que também haja aumento da produção de gás natural em terra, especialmente no Nordeste, mas também na Bacia de Campos, aumentando a oferta. Vai permitir que novos atores compitam nesse mercado. E temos também as aberturas no gás e no abastecimento. E tudo isso foi possível pela nova institucionalização que nós passamos a viver no país a partir daquele momento: a Petrobras se comportando, corretamente, como empresa, respondendo aos seus acionistas, e os órgãos reguladores também atuando de forma independente.

Então, a partir desse momento, a ANP começou a atuar efetivamente como agente regulador, em associação com o Cade – isso era inédito. Em 2018, nós tomamos três iniciativas que eu considero muito importantes. A primeira foi acionar o Cade para que investigasse a posição de monopólio de fato da Petrobras no refino, com 98% da capacidade. A segunda foi dar prazo para a Petrobras vender 250 campos maduros que ela estava operando e tinha que definir se iria investir nos campos ou vendê-los, e a maior parte, cerca de 180, está vendendo – isso irá criar uma indústria de *upstream*, de exploração e produção no Brasil, mais diversificada –, e também um pedido ao Cade para que a Petrobras fosse investigada por comportamento monopsônico na compra de petróleo desses pequenos produtores. E, por fim, mais relacionado ao que estamos vendo aqui hoje, a ANP também acionou o Cade para que fosse investigada a posição dominante da Petrobras no mercado de gás natural.

A partir dessas iniciativas, as mudanças começaram a ganhar velocidade. Na transição de governo, já se falava sobre isso. Eu me lembro que conversei com o ministro (Paulo) Guedes antes de ele ir para Davos no início do ano e, na volta, ele estava muito entusiasmado com a questão do gás natural. Convidou o professor Langoni para assessorar o governo nesse projeto de dar velocidade à abertura do mercado de gás. Nós começamos a conversar e, a partir daí, a dinâmica foi se acelerando e nós tivemos uma conjunção de fatores inédita na história do setor, que foi o alinhamento entre empresa – a Petrobras entendendo que precisa trabalhar num ambiente mais competitivo, até para poder se proteger de interferências governamentais; a única maneira de não haver interferência é não poder haver interferência, tirar o “botãozinho” da frente de quem pode interferir –, os agentes reguladores operando como agentes reguladores independentes, em conjunto, como foi o caso do Cade com a ANP, e, por fim, a ação de política energética, no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética, que emitiu três resoluções este ano – resoluções que nunca tinha feito em mais de 20 anos de vigência

da Lei do Petróleo, que foram as resoluções que tratam dos desinvestimentos em refinarias, do mercado de distribuição de combustíveis e da abertura do mercado de gás natural.

Fruto dessas ações, foi possível a assinatura dos termos de compromisso de cessação entre a Petrobras e o Cade, com interveniência da ANP. Isso permitiu que essas medidas se transformassem num compromisso. Então, nós vamos ver daqui para a frente essa abertura se consolidando. E ela é complementada com algumas outras medidas. Primeiro, a transparência. Falamos muito em preços de combustíveis no Brasil. Todo mundo lembra do período de 2011 a 2014, quando os preços aqui estavam represados e abaixo dos preços do mercado internacional. Mas quase ninguém lembra que nem sempre foi assim. Quando olhamos o histórico da precificação dos combustíveis no Brasil desde janeiro de 2002, quando eles foram liberados, as intervenções sempre tiveram presentes. E, notadamente, durante os dois ciclos recessivos que tivemos no Brasil, 2008-2010 e 2014-2017, contraditoriamente, foi quando tivemos preços muito acima do mercado internacional. Contracíclicamente, o Brasil estava com preços de gasolina e diesel bem acima do mercado internacional durante os dois últimos ciclos recessivos que nós tivemos. A gente não lembra disso. No caso do gás de cozinha, os preços, por boa parte desse período, foram controlados, mas, a partir de 2015, também se descolaram do mercado internacional. E, nos outros derivados, também tínhamos preços geralmente acima do mercado internacional, como tem no gás natural.

Então, a transparência vem para mostrar isso para a sociedade. Havia um juiz da Suprema Corte americana que dizia que a luz do sol é o melhor detergente. E é verdade. O fato de a informação estar disponível permite que a sociedade reaja. Duvido que tenhamos no futuro longos períodos com preços muito diferentes dos preços de paridade de importação, porque agora a sociedade acompanha isso. É muito mais difícil que essas distorções perdurem. Como é difícil também que a gente não venha a ter algo que nunca tivemos aqui no Brasil no passado, um subproduto disso que nós estamos vendo, que é a competição entre combustíveis. O fato de termos um agente dominante, monopolista, durante décadas, e sermos importadores de gás, tanto gás de cozinha – GLP, quanto de gás natural, e com excedente de óleo combustível, fez com que a Petrobras, ao longo de décadas, alocasse produtos. E pior, o fato de haver regras estabelecendo para o gás de cozinha, por exemplo, dois preços diferentes – um para o botijão de 13 quilos usado nas residências e outro livre para o mercado industrial – fez com que, no Brasil, nós tivéssemos praticamente uma destinação definida para os combustíveis. A Petrobras privilegiava o óleo combustível no mercado industrial, o gás natural – fruto do racionamento de 2001, da construção de termelétricas – foi destinado prioritariamente para o mercado termelétrico – o professor Langoni mostrou, inclusive, a diferença de preços – e o gás liquefeito de petróleo, no Brasil, pelas restrições de uso e pela dinâmica de preços, virou sinônimo de gás de cozinha. Praticamente o único uso do GLP é como gás de cozinha. E, além disso, a ANP não autorizava o biogás, ou biometano, e passou a autorizar.

A partir de agora, com a transparência nos preços, a equalização dos preços do GLP e a competição no preço do gás natural, o que vislumbramos mais para a frente é competição. Competição na indústria, competição na geração e entre os diferentes combustíveis, coisa que nós nunca vimos. Não é necessário levar gasoduto a todos os rincões do Brasil. O que precisamos fazer é criar as condições para que o combustível mais eficiente, mais competitivo, esteja disponível. Pode ser óleo combustível, pode ser GLP, pode ser gás natural, pode ser óleo diesel, pode ser por gasoduto, pode ser por cabotagem, pode ser por caminhão, pode ser por caminhão de gás liquefeito ou de gás comprimido. Temos que dar essa oportunidade. Isso nós vamos ver, a indústria vai ver.

E, por fim, impactos disso para a indústria química. Primeiro, na precificação. Já foi falado aqui, mas hoje vivemos no mercado de gás uma situação inédita. A abundância de gás natural liquefeito a preços competitivos, na Bacia do Atlântico, é inédita. Quando o Gasoduto Bolívia-Brasil foi construído, no final dos anos 1990, não havia maneiras eficientes de se transportar gás natural, só gasoduto – grandes gasodutos. O GNL representou o fim dos grandes gasodutos, porque você não precisa ter mais um

investimento enterrado, de bilhões, para poder transportar gás natural. É muito mais eficiente transportar através de navios, o que dá flexibilidade e não aloca capital. Então, nós vamos ver agora, dada a abundância de gás natural no Atlântico a preços competitivos, dada a existência de terminais de importação de GNL no Brasil – alguns da Petrobras e outros que estão entrando –, o gás natural liquefeito como referência de preços, tanto para o gás boliviano quanto para o gás doméstico. Qual é o custo de produção do gás natural no Pré-sal? Não interessa. O que interessa é a quanto o gás natural disponível no litoral brasileiro chega. Esse vai ser o preço que tem que ser alcançado tanto pelo gás boliviano quanto pelo gás doméstico. Isso é muito bom. Pela primeira vez, vai trazer efetivamente competição para o gás natural. Eu lembro que o contrato com a Bolívia, assinado em 1996, traz como indexação o óleo combustível. Naquela época, o gás era relacionado com o petróleo. Essa correlação desapareceu a partir do surgimento do *shale gas*. Então, hoje temos preços de gás descolados dos preços do petróleo, e é isso que vamos ver agora mais para a frente. Espero que esses preços que a ANP está divulgando ajudem nesse processo de maior competitividade.

O segundo efeito é o da disponibilidade. Já foi comentado aqui que as reservas do Pré-sal vão aumentar muito a oferta de gás natural, e é verdade. Claro que é preciso criar condições para que esse gás chegue no litoral, seja através de gasodutos, seja através de plantas de liquefação *offshore*, mas, havendo essa maior disponibilidade de gás, nós vamos ter pressão competitiva. E essa pressão competitiva não virá só do gás do Pré-sal. Essa transformação que está havendo na indústria de petróleo e gás, com a venda dos campos maduros da Petrobras, vai também aumentar a oferta de gás em terra, descentralizada do Rio de Janeiro e de São Paulo, a região do Pré-sal, especialmente no Nordeste.

E nós esperamos também, finalmente, poder explorar o gás não convencional no Brasil. Não tenho dúvida de que, se a Petrobras não tivesse descoberto o Pré-sal no final da década passada, já estaríamos “mandando bala” no não convencional. Até hoje não conseguimos, por uma série de razões ambientais e legais, mas agora, recentemente, o Governo colocou o projeto do não convencional no PPI – o Programa de Parcerias de Investimentos. Então, isso vai também, espero, acelerar a exploração de gás não convencional, e isso é muito bom para a indústria química, é muito bom para a indústria, é muito bom para o país todo.

Então, o que vamos ver nos próximos anos é a concretização desse processo de substituição do monopólio por uma indústria, com muitas empresas investindo no Brasil. As oportunidades nos setores de petróleo, gás, petroquímica e geração térmica no Brasil suplantam muito a capacidade de investimentos de uma empresa qualquer, por mais simbólica que ela seja, como a Petrobras é. Precisamos de muitas empresas investindo no Brasil. Precisamos de competição em preço, competição em oferta. E acho que é isso que vamos ver nos próximos anos, fruto desse esforço todo que muita gente tem feito nos últimos tempos.

Para mim, é um prazer estar aqui, neste fim de ano, conversando com vocês da indústria química, e com a certeza de que esse caminho está sendo trilhado e vai chegar a um bom destino. Muito obrigado e bom fim de ano para todos.